



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPO MOURÃO
1ª VARA CÍVEL DE CAMPO MOURÃO - PROJUDI
Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - FÓRUM - Centro - Campo Mourão/PR - CEP: 87.300-020 - Fone: (44) 3525-2117 - Celular: (44) 99959-0757 - E-mail: cm-1vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

Autos.....: 0004226-81.2022.8.16.0058 DE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL – ALIENAÇÃO JUDICIAL

Exequente.....: SALVELINA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA.

Executado.....: EDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA.

1ª PRAÇA.....: 08 de março de 2024, às 14:00 horas, on line pelo portal: www.spencerleiloes.com.br, pelo maior lance oferecido, pelo valor da avaliação.

2ª PRAÇA.....: 22 de março de 2024, às 14:00 horas, on line pelo portal: www.spencerleiloes.com.br, não sendo aceito preço vil.

Local.....: a realizar-se exclusivamente *on line* pelo portal: www.spencerleiloes.com.br pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. **Spencer D'Ávila Fogagnoli**, matriculado na JUCEPAR nº 12.235-L, estabelecido à Av. Cerro Azul, Praça Pedro Álvares Cabral, 94 – Sobreloja, sala 01, zona 02, Maringá-PR., telefone (44)3026-4950.

Bem.....: “IMÓVEL: - Carta de data nº. 6 da quadra nº. 3, com a área de 402,50m², situada no Jardim Damasco, nesta cidade, com os seguintes limites e confrontações: a sudoeste, com a data nº. 5, da mesma quadra, por uma linha reta, numa distancia de 35 ms. a noroeste: pela testada da rua nº 1, por uma linha reta, numa distancia de 11,50 ms. a nordeste, com a data nº. 7, da mesma quadra, por uma linha reta, numa distancia de 35 ms. a sudeste, com a data nº. 16 da mesma quadra por uma linha, numa distancia de 11,50 ms.”.

Havido pela matrícula sob nº 13.200 do CRI 1º Ofício desta Comarca.

Benfeitorias.....: Contendo uma edificação em alvenaria coberta de Eternit, com área de 105,86m² piso de cerâmica mosaico, forro de PVC.

Observação.....: O imóvel encontra-se em bom estado de conservação.

Depósito.....: Em mãos e poder do Requerido.

Recurso.....: Não há interposição de recurso.

Valor da Avaliação: R\$ 231.483,15 (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quinze centavos), datado em 11/01/2024.

ÔNUS.....: Além da penhora dos presentes autos, nada mais consta.

Despesas Decorrentes: a) em caso de arrematação: **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante (art. 24, parágrafo único do Decreto 21.981/32); b) em caso de adjudicação após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro: **2% (dois por cento)** sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado, a ser paga pelo adjudicante; c) em caso de acordo após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro: **2% (dois por cento)** sobre o valor atualizado da avaliação do bem, a ser paga pelo executado; d) em caso de remição/quitação da dívida após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro e antes do pregão: fica dispensado o pagamento da comissão do leiloeiro; e) em caso de remissão/perdão da dívida após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro: **2% (dois por cento)** sobre o valor atualizado da avaliação do bem, a ser paga pelo executado.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os interessados e o(a)(s) partes SALVELINA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA e EDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA, e seus respectivos cônjuges, se casado(s) for(em) (art. 889, CPC) que não sejam encontrados para intimação pessoal da data de praça ou leilão, bem como de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do CPC, pagando principal e acessórios. Ficam, ainda, CIENTES de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no art. 903, § 1º, do CPC será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º, CPC).

Campo Mourão, 29 de janeiro de 2024.

Eu, (Dejair Palma – Escrivão), que digitei por ordem judicial.

(Assinatura Digital)

CEZAR FERRARI

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita (EXCLUSIVAMENTE) através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

